



MUNICÍPIO DE OURINHOS/SP
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 03/2023



ESPELHOS DE RESPOSTA DAS PROVAS DISSERTATIVAS

Para o cargo de Técnico Municipal de Nível Superior – Analista de Procuradoria

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

A **dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **Dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

O candidato deverá redigir **no mínimo 20 e, no máximo, 30 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

Considere a seguinte situação hipotética:

O Jôquei Club de Ourinhos teve conhecimento de dívida fiscal que corria em seu nome, já com certificado de dívida ativa emitida pelo Delegado da Receita Federal. Entretanto, sob alegação de que não foi informado da dívida pela via legal, impetrou Mandado de Segurança requerendo a devolução do prazo para pagamento da dívida. Em sua defesa, a Fazenda Pública alegou ser incabível a alegação de que não houve informação sobre a dívida, pois intimou a contribuinte se valendo do Domicílio Tributário eletrônico (DTe). Na réplica, o Jôquei Club afirmou que, embora acesse o portal e-Cac, da Administração Tributária Federal, com o certificado digital, este fato não induz a opção pelo DTe, que exige a opção formal, através do termo de opção, este que nunca fora realizado, sustentando, assim, a decretação da nulidade de todos os atos posteriores à indevida intimação no procedimento administrativo, com o regular processamento daquele, devolvendo-se o prazo para o impetrante naquela via administrativa. A Fazenda Pública foi intimada para comprovar a manifestação do contribuinte pela intimação através do DTe e reforçou as suas alegações de que a análise dos acessos do contribuinte perante o sistema informatizado demonstram que ele teve a plena ciência da decisão proferida na via administrativa, não havendo nulidade a ser declarada no procedimento administrativo fiscal. O juiz, entretanto, negou o writ, afirmando que a necessidade de o Jôquei Club provar que não era optante formal pelo DTe implicava em delação probatória, o que não é permitido em sede de Mandado de Segurança.

Com base na situação descrita, redija um texto dissertativo-argumentativo, discorrendo sobre seus pontos controversos, dando, tanto quanto possível, solução ao impasse, e indicando o melhor meio para que a parte lesada busque seus direitos.

Resposta Esperada:

Depois de analisado o padrão de respostas dos candidatos, em comparação com a resposta esperada, chegou-se à seguinte síntese. O candidato deveria elaborar texto dissertativo-argumentativo, organizado de forma lógica e dentro do padrão formal da língua portuguesa, próprio do discurso jurídico, no sentido de que (i) o Mandado de Segurança é meio idôneo utilizado pelo contribuinte, vez que, sendo a prova cabal para constatação do direito líquido e certo mero documento, em tese, em posse da Administração, não há necessidade real de dilação probatória, assim como há vedação de ônus de prova negativa, como intencionada pela Fazenda ao contribuinte. (ii) É imprescindível a opção pelo domicílio tributário eletrônico, consubstanciado através do termo de opção, não podendo a citação ser feita de forma tácita, pela mera afirmação de que o contribuinte acessava o sistema eletrônico. (iii) A extinção sem resolução do mérito indevida, pois causa já se encontrava madura para julgamento. (iv) Por fim, tem direito o contribuinte de ter nulos de todos os atos após a intimação e à devolução ao prazo para recolhimento do tributo. Os candidatos que abordaram tais pontos receberam 5 pontos no quesito TEMA, foram pontuados com 3 pontos quem não abarcou todas as questões ou abarcou em dissonância com a prática vigente, e 1 ponto para quem não as abarcou de forma minimamente suficiente em total discordância com a prática vigente.

Para o cargo de Técnico Municipal de Nível Superior – Procurador do Município

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES

A **dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.**

O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da **Dissertativa**. O rascunho é de preenchimento facultativo, e não vale para finalidade de avaliação.

O candidato deverá redigir **no mínimo 20 e, no máximo, 30 linhas**. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

Considere a seguinte situação hipotética:

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ourinhos, a fim de reservar as últimas sessões legislativas do ano para assuntos que demandassem maiores investigações, resolveu pautar atividades ordinárias antecipadamente, entre elas a eleição da Mesa Diretora, para agosto do último ano da legislatura da atual Mesa, seguindo, supostamente, regras presentes no Regimento



MUNICÍPIO DE OURINHOS/SP CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 03/2023



Interno daquela casa legislativa. Ocorre que uma minoria de Vereadores, inconformada por não haver tempo hábil para composição e organização das chapas, alegou ser tal medida ilegal, por afrontar o artigo 46 da Lei Orgânica Municipal, a saber:

A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á na última reunião ordinária do segundo ano de cada legislatura, considerando-se os eleitos automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

O Presidente da Câmara alegou que o Regimento Interno autoriza a antecipação da eleição, e que por isso está acobertado.

Com base na situação descrita, elabore um texto dissertativo-argumentativo fundamentado, dando solução ao conflito, apontando qual medida poderá tomar o lado que se sentir lesado.

Resposta Esperada:

Depois de analisado o padrão de respostas dos candidatos, em comparação com a resposta esperada, chegou-se à seguinte síntese. O candidato deveria elaborar texto dissertativo-argumentativo, organizado de forma lógica e dentro do padrão formal da língua portuguesa, próprio do discurso jurídico, no sentido de que (i) a Lei Orgânica Municipal prevalece sobre a previsão regimental, segundo a Constituição e a teoria de Hans Kelsen, adotada pelo Direito pátrio. (ii) O meio adequado para combater a ilegalidade de sessão legislativa é o Mandado de Segurança, sendo que (ii.1) há também a possibilidade de se propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, cuja opção deve ser devidamente fundamentada por precedente do STF. Os candidatos que abordaram tais pontos receberam 5 pontos no quesito TEMA, foram pontuados com 3 pontos quem não abarcou todas as questões ou abarcou em dissonância com a prática vigente, e 1 ponto para quem não as abarcou de forma minimamente suficiente em total discordância com a prática vigente.

Ourinhos, 1 de novembro de 2023.